

TERCEIRIZAÇÃO: UM PANORAMA DOS ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS BRASILEIROS DE ADMINISTRAÇÃO NO SÉCULO XXI

OUTSOURCING: UN PANORAMA DE ARTÍCULOS PUBLICADOS EN PERIÓDICOS BRASILEÑOS DE ADMINISTRACIÓN EN EL SIGLO XXI

OUTSOURCING: A PANORAMA OF ARTICLES PUBLISHED IN BRAZILIAN ADMINISTRATION JOURNALS IN THE 21st CENTURY

Carlos Henrique Lourenço Salazar *
csalazar@id.uff.br

Fernando de Oliveira Vieira **
fernandovieira@id.uff.br

Lorena Esteves de Oliveira ***
lloris_88@hotmail.com

* Universidade Federal Fluminense, Niterói – Brasil

** Universidade Federal Fluminense, Niterói – Brasil

*** Universidade Federal Fluminense, Niterói – Brasil

Resumo

O objeto da presente pesquisa é o atual estágio das publicações sobre terceirização nas Revistas de Administração, indexadas no Periódicos CAPES e pode ser caracterizada como descritiva, com o objetivo de traçar um panorama de como esta temática tem sido abordada na produção acadêmica brasileira da área de Administração, no século XXI. Para isso, foi realizada uma pesquisa em periódicos indexados ao CAPES que possuem o termo “administração” em seu nome. Em seguida, o alvo foram os artigos que possuem as palavras “terceirização” ou “trabalho terceirizado” presentes em seu resumo ou título. Foram coletados apenas artigos publicados entre 2000 e 2019. Em um universo de 49 textos encontrados, 16 foram considerados aptos a serem analisados. Observou-se que a área de Administração tem dado pouco enfoque para essa temática, apesar de um pequeno crescimento a partir de 2010, mas que, quando o faz, prioriza observar a terceirização da ótica da empresa, não do funcionário. Sugeriu-se, ao final, a realização de estudos semelhantes, com diferentes metodologias e em outras fontes de dados, de forma a complementar este artigo.

PALAVRAS CHAVE: Terceirização. Trabalho. Estado do Conhecimento.

Resumen

El objeto de esta investigación es el estado actual de las publicaciones sobre outsourcing en Revistas de Administración, indexadas en CAPES Journals y se caracteriza por ser descriptiva y tiene como objetivo esbozar una visión general de cómo se ha abordado el tema *outsourcing* o tercerización (también llamada subcontratación) en la producción académica brasileña en el campo de la administración, en el siglo XXI. Para esto, se realizó una búsqueda en revistas indexadas a CAPES que tienen el término "administración" en su nombre. Luego, el objetivo fueron los artículos que tienen las palabras "outsourcing" o "trabajo subcontratado" presentes en su resumen o título. Solo se recopilaron artículos publicados entre 2000 y 2019. En un universo de 49 textos encontrados, 16 se consideraron aptos para ser analizados. Se observó que el área de Administración ha prestado poca atención a este tema, a pesar de un pequeño crecimiento desde 2010, pero que, cuando lo hace, prioriza observar la tercerización de la perspectiva de la empresa, no del empleado. Al final, se sugirió realizar estudios similares, con diferentes metodologías y en otras fuentes de datos, para complementar este artículo.

PALABRAS CLAVE: Outsourcing. Trabajo. Estado del conocimiento

Abstract

The object of this investigation is the current status of publications on outsourcing in Management Journals, indexed in CAPES Journals and it is characterized as descriptive research and aimed to draw an overview of how the outsourcing theme was approached in the Brazilian academic production of business administration in the 21st century. For this, a search was conducted in journals indexed to CAPES with the term “administration” in their names. This study targeted articles with the words “outsourcing” or “outsourced work” in their abstracts or titles. Only articles published from 2000 to 2019 were collected. In a universe of 49 texts, 16 were considered fit to be analyzed. It was observed that Administration field has given little focus to this theme, despite a small growth since 2010, but when it does, it prioritizes observing outsourcing by the company’s perspective, not the employee’s. Finally, it was suggested the realization of similar studies with different methodologies and other data sources, to complement this article.

KEYWORDS: Outsourcing. Job. State of Knowledge.

1. Introdução

A estratégia de terceirização de atividades de uma empresa parece ser um movimento crescente em diversos setores da economia brasileira. Ao mesmo tempo, debates a respeito da precarização do trabalho nesta modalidade de contratação também tem obtido destaque. Há então de se indagar se os trabalhos acadêmicos na área de Administração estão atentos ao assunto, se estão refletindo sobre e, além disso, como estão. Analisar o estudo dos modos de terceirização, ilumina possíveis desafios e vicissitudes nas relações deste novo mundo do trabalho.

Logo, surgem as duas questões norteadoras desta pesquisa: o que tem sido publicado sobre terceirização nos periódicos brasileiros da área de administração e qual o ponto de vista empregado. O presente trabalho tem como intuito investigar esse questionamento para oferecer uma contribuição à área, ao compreender como se dá a produção do conhecimento desta temática e, dessa forma, entender o tratamento dado à terceirização.

Em outras palavras, pode-se dizer que esta pesquisa se define uma avaliação do estado do conhecimento do tema “terceirização” em parte da literatura contemporânea da administração brasileira. A escolha por esse tipo de pesquisa se deve ao fato de que estudos estado do conhecimento possuem, por característica, a função de mapear e discutir a produção acadêmica em uma área da ciência, delimitando de forma clara a sua atuação. Com esse tipo de estudo é possível coletar, de forma segmentada, os conhecimentos produzidos por determinado tema, viabilizando identificar o foco dessas pesquisas, a metodologia, os resultados e as conclusões, além de falhas e ausências que possam vir a ser exploradas posteriormente.

Quanto à periodização das produções acadêmicas, a pesquisa englobou o período de 2000 a 2019. No que tange a estratégia de busca, a base de dados utilizada foi composta por periódicos indexados ao CAPES que contém a palavra “Administração” em seu nome. Por fim, a partir dos métodos selecionados, foram selecionados os artigos que contém o termo “terceirização” ou “trabalho terceirizado” em seu título ou resumo.

Em termos quantitativos, a amostra encontrada para este estudo foi composta por 49 (quarenta e nove) pesquisas, das quais 16 (dezesesseis) foram consideradas condizentes com o propósito deste texto e 33 (trinta e três) foram desconsideradas por, na visão do autor deste trabalho, não versar sobre o tema “terceirização” como relação de trabalho. Tais pesquisas olhavam para a “terceirização” do ponto de

vista da empresa, ou seja, estudando a terceirização como algum tipo de estratégia, seja para redução de custo ou aumento de eficiência operacional. Os demais 16 (dezesseis) artigos retratam e estudam, das mais variadas formas, a temática da “terceirização” como relação de trabalho e se enquadram no que esta pesquisa busca estudar.

O trabalho está dividido em três partes principais. Na primeira, será manifestado o referencial teórico que fundamenta a pesquisa quando esta cita “trabalho” ou “terceirização”. Para isso será apresentado o conceito de trabalho, a evolução das relações de trabalho e as características da terceirização. Em seguida será explicitada a metodologia da pesquisa, a justificativa por essa metodologia, além de demonstrados os dados recolhidos, bem como suas características e limitações. Na terceira e última parte serão debatidos os resultados e apresentadas sugestões para futuras pesquisas dentro da área.

2. Trabalho e Terceirização

2.1. Conceito e Origem do Trabalho

O trabalho desempenha papel primordial na vida do trabalhador, então a forma como o trabalho é organizado também é um fator importante. A presente pesquisa irá se debruçar sobre as pesquisas envolvendo trabalho e terceirização. Antes, porém, este capítulo irá definir o que é trabalho, sua gênese e desenvolvimento no decorrer do tempo, bem como suas características.

Em português, uma das definições de trabalho estabelece que este alude ao conjunto de atividades – produtivas ou criativas – que o homem exerce para atingir determinado fim (DELGADO, 1999, p. 277-278). Embora o dicionário especifique o homem como agente, pode-se suspeitar que seja uma atividade que animais também são capazes de desempenhar.

Entretanto, para a literatura utilizada como base desta pesquisa, trata-se de coisas distintas. Para Albornoz (2000, p. 13), aquilo que pode ser apontado na diferenciação do trabalho humano do animal é a consciência do ato, seu intento. Enquanto se entende que animais trabalham por puro instinto e programação genética, os homens possuem discernimento do ato e, em conjunto, idealizam um determinado objetivo ao executá-lo.

Além disso, o principal ponto diferencial é que no trabalho do homem há a liberdade de escolha. Conforme Albornoz (2000, p. 72) destaca, pode-se tanto realizar o trabalho como bem quiser, como se fazer valer do direito incólume de não o realizar, mesmo que haja possibilidade de ser punido por tal. Então o homem, por deter consciência sobre si, detém também o arbítrio sobre a ação de trabalhar.

As raízes da palavra trabalho associam um sentido negativo ao mesmo. Como aponta Celis (2003, p. 256), a palavra trabalho descende do latim *tripalium*, nome dado ao instrumento formado por três estacas de madeira, comum na agricultura, que posteriormente foi utilizada como ferramenta de tortura contra escravos. Complementar a esta visão, Albornoz (2000, p. 10) destaca que, embora originalmente o *tripalium* fosse usado no trabalho do agricultor, é do uso deste instrumento como meio de tortura que a palavra trabalho remeteu por muito tempo – e ainda remete – a algo como padecimento e cativo.

Segundo Martins (1998, p. 3 e 4) o trabalho foi considerado castigo na bíblia cristã. Adão teve de trabalhar para se alimentar devido a ter comido o fruto proibido. Além disso, o mesmo autor destaca que, na Grécia, Platão e Aristóteles entendiam que o trabalho tinha sentido pejorativo e compreendia apenas a força física.

Enquanto Weber (1967) procura explicar que, após a revolução industrial assistiu-se ao surgimento de uma concepção espiritual do trabalho, bem como ao surgimento de uma ética profissional, que marcaram um aspecto central do espírito do capitalismo e que favoreceu seu crescimento, principalmente no Ocidente. Nos tempos atuais, pode-se destacar a visão de Albornoz (2000, p. 8), onde esta argumenta que:

Na linguagem cotidiana a palavra trabalho tem muitos significados [...]. O seu conteúdo oscila. Às vezes, carregada de emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura.

Para que seja possível compreender além do conceito e ir mais fundo no entendimento de como o trabalho se relaciona com o indivíduo, é importante relembrar sua história, evolução e os contextos históricos que permeiam suas transformações.

2.2. Evolução das Relações de Trabalho

À luz da história, a dinâmica do trabalho apresenta diferentes estágios, desde o trabalho escravo, passando pelo sistema de servidão, corporações de ofício, revolução industrial e outros momentos históricos. Sua narrativa se entrelaça com a história da raça humana e evidencia que teve papel importante na transformação das mais variadas formas de sociedade, até a moderna.

No princípio, Martins (1998, p. 4) considera que a primeira forma de trabalho foi a escravidão, em que o escravo era considerado apenas uma coisa, não tendo qualquer direito, muito menos trabalhista. Os escravos faziam o trabalho duro, enquanto os outros podiam ser livres. Em um contexto geral, Reis (2007) acredita que a escravidão é a mais expressiva representação do trabalhador da Antiguidade.

Em um segundo momento no plano histórico, o regime da escravidão transforma-se em um sistema de servidão, o período feudal, onde os denominados senhores feudais ofereciam abrigo e proteção aos servos em troca de seu trabalho. Enquanto os nobres não trabalhavam, os servos trabalhavam à exaustão, mas tinham alguns direitos. Neste ponto, os homens recebiam algo em troca de seu trabalho, embora não fossem livres. Em seguida, há surgimento das chamadas corporações de ofício. Tratava-se de associações de pessoas que trabalhavam na mesma função (ferreiros, tecelões, carpinteiros e outros), que se organizavam de maneira hierárquica para defender seus interesses e produzir de forma mais eficiente.

As corporações eram divididas em três classes de trabalhadores: os mestres, os companheiros e os aprendizes. Em sua tese, Tavares (2016) aponta que o tempo de trabalho era regulado pelo calendário cristão e em algumas seguia os calendários das crenças locais. Além disso, Martins (1998) destaca que jornada total diária era muito longa, podendo durar até 18 horas.

Pode-se observar que, apesar de tais aspectos, quando comparada com forma de trabalho anterior, há certa evolução na dinâmica das corporações de ofício. Conforme Martins (1998), “havia nessa fase da História um pouco mais de liberdade ao trabalhador; os objetivos, porém, eram os interesses das corporações mais do que conferir qualquer proteção aos trabalhadores”. Ainda de acordo com o autor, as corporações de ofício perderam força com a Revolução Francesa, pois foram consideradas incompatíveis com o ideal de liberdade do homem.

No Brasil, “a Constituição de 1824 em seu artigo 179, inciso XXV, aboliu as Corporações de Ofício para que houvesse liberdade do exercício de ofícios e profissões”, indica Reis (2007, p. 6). O sistema de corporações de ofício deu lugar aos sistemas doméstico e, em especial, o fabril. No primeiro, o mestre artesão e seus ajudantes produziam a mercadoria em casa. Em sua tese, Tavares (2016) descreve que a diferença para o sistema anterior de corporações é que o mestre já não era independente; ainda eram proprietários dos seus instrumentos de trabalho, porém dependiam de um empreendedor para obter a matéria-prima.

Nesse período da história ocorre um ponto de mudança notável, a chamada revolução industrial. A partir do surgimento desse sistema ocorreram significativas alterações nas dinâmicas de trabalho. “[...] foi concebida através das alterações substanciais operadas sobre os meios de produção e especialmente

sobre os trabalhadores. Estes, até então dispersos, e baseados na cooperação individual” (MARTINEZ, 2009).

Para Dobb (1983, p. 18) a transformação da estrutura industrial afetou as relações sociais dentro do modelo capitalista de produção, interferindo radicalmente na divisão do trabalho, alterando a relação entre o trabalhador e o próprio processo produtivo. De acordo com Tavares (2016, p. 7), essa relação evidenciou o aparecimento de um novo tipo de diferenciação de classes, que se dividiam entre capitalista – dono do capital e dos meios de produção – e proletário. Para Reis (2007, p. 6), essas duas classes se opõem em interesses.

Uma série de medidas organizacionais foram desenvolvidas para promover a exploração da força de trabalho, gerando condições de trabalho precárias nas fábricas, jornadas cada vez menos flexíveis, bem como remunerações irrisórias. O interesse dos capitalistas prevalecia. Os excessos e abusos dos detentores dos meios de produção contra seus subordinados foram consequência desta relação. Então, o Estado passou a se atentar com a situação dos trabalhadores, a fim de melhorar as condições de trabalho, aponta Martins (1998, p. 6).

No início do século XX, com o Tratado de Versalhes, há a criação da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Para Santos (2012, p. 16) este órgão é de grande importância a nível mundial, pois tem como principal função a proteção das relações entre empregados e empregadores, expedindo convenções e recomendações.

Toda esta relação evoluiu gradualmente até atingir o grau de complexidade que possui atualmente. E se aprofunda tanto no âmbito técnico, onde o capital tratou de aprimorar os meios de produção empregando tecnologia e elaborando diversos modelos de gestão; quanto no âmbito legal, onde o Estado desenvolveu leis para o trabalho; e também no acadêmico, onde ciências afetadas por tais relações — como as sociais, psicológicas e biológicas — produziram abundante conteúdo sobre o tema.

Os efeitos de uma sociedade baseada no consumo e centrada no trabalho não passam impunes pelos sujeitos que vivem sob essa lógica. Sob o sistema capitalista, os trabalhadores se veem cada vez mais cooptados por processos como a “precarização” e a “flexibilização”, os quais alteram sua relação com o trabalho. Este fato desestabiliza esse núcleo não só produtivo, mas também identitário, que é o ato de trabalhar (AQUINO et al, 2015, p. 131).

A denominada terceirização de mão-de-obra surge como uma das formas de organização do trabalho que o sistema capitalista desenvolveu para, de um lado, ser mais eficiente na produção; e de outro, reduzir custos “flexibilizando” o trabalho.

2.3. Origem e Conceito de Terceirização

Para Antunes e Druck (2013, p. 2) a partir da década de 1970 há o que pode ser chamado de crise estrutural do capital, onde o capitalismo começou a dar sinais de um quadro crítico que se evidenciava com a queda da taxa de lucro, a hipertrofia da esfera financeira, a debilidade do padrão de acumulação fordista/taylorista de produção, o declínio do welfare state e dos seus mecanismos, além do aumento acentuado das privatizações.

Antunes e Druck (2013, p. 2) ainda reforçam:

Em resposta à crise do capital, iniciou-se um processo de reorganização do próprio capital e de seu sistema de dominação, cujas evidências foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal. [...]. Foi nesse contexto que as forças do capital conseguiram reorganizar-se, introduzindo novos desafios para o mundo do trabalho.

Para Harvey (1992, p. 143), devido às condições supracitadas, os proprietários do capital aproveitaram para impor regimes e contratos de trabalhos mais flexíveis aos seus subordinados, tendo

em vista a situação de enfraquecimento do sindicalismo e da grande massa de trabalhadores desempregados e subempregados.

A visão de “flexibilização” aqui utilizada é a que Lima (1998, p. 2) descreve como sendo as relações de trabalho que pressupõem a eliminação de entraves à contratação e demissão de pessoal; assim como a redução de gastos com direitos sociais, recolhimento de impostos para previdência social, assistência médica, etc.

Marcelino (2008, p. 91) relata:

Uma das primeiras medidas de precarização dos contratos de trabalho foi a implementação da liberdade do empregador de demitir um funcionário sem a necessidade de justificativa ao trabalhador ou a qualquer órgão público [...]. Outras medidas legais de precarização foram instituídas progressivamente. A Constituição Brasileira de 1988 é responsável por uma parte considerável delas [...]. Os salários passaram a poder sofrer redução de acordo com a convenção ou o acordo coletivo (art. 7o, VI); a compensação ou a redução da jornada de trabalho também passam a legalidade desde que feitas mediante acordo ou convenção coletiva (art. 7o, XIII).

A reestruturação produtiva gerou novas formas de vínculo laboral precárias, entre elas a terceirização. Esta surgiu para flexibilizar a força produtiva das empresas em crise, expandindo-se a diversas atividades. Todavia, atingiu não apenas a esfera dos serviços ou das atividades-meio (limpeza, vigilância, manutenção), mas chegando a despontar entre as atividades-fim, como nos setores de tecnologia da informação, bancário, automobilístico e de telefonia (AQUINO et al., 2015).

Ao analisar o cenário brasileiro, Marcolino (2019, p. 41) assinala que ao longo do período de crescimento da terceirização, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1990, a classe empresarial concentrou esforços em avançar com a prática, porém enfrentou forte oposição do movimento sindical. Marcolino (2019, p. 41) aponta ainda que mesmo que não tenha obtido sucesso em evitar o alastramento da terceirização no Brasil, as forças sindicais foram capazes de resistir por mais de 30 anos à implementação da legislação atual.

O conceito geral de terceirização diz respeito ao cenário onde o trabalho é exercido para uma firma, mas contratado por outra. “É entendida como uma relação de vínculo trabalhista em que uma empresa/empregador contrata um terceiro para prestar serviços em sua empresa” (AQUINO et al, 2015, p. 132).

O ponto de vista utilizado nesta pesquisa definirá terceirização em concordância o estudo de Marcelino (2008, p. 41), onde o autor aponta terceirização como “todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho”.

Conclui-se que, além do conceito, foi apresentado neste tópico o contexto histórico que marcou a origem e o desenvolvimento da terceirização. Diversos questionamentos surgem a partir disso. Como, por exemplo, de que forma ela se manifesta no dia a dia das organizações e qual o impacto no lado mais vulnerável do elo, o trabalhador.

2.4. A Terceirização como Organização do Trabalho

Ao considerar a terceirização como uma das formas de se organizar o trabalho, faz-se necessário analisar suas nuances, realizar pesquisas e comparar resultados para que se possa refletir sobre seus impactos no trabalhador. Diversos artigos tem sido publicados nos últimos anos com estes objetivos. É importante ressaltar que terceirização não tem como consequência natural, em princípio, disposições negativas para o trabalhador. Como aponta Carelli (2014, p. 59), o objeto central é a transferência de serviços para terceiros que detenham maiores capacidades técnicas para executá-los.

Sendo assim, como estratégia de administração utilizada da forma correta – ou seja, assegurando os direitos trabalhistas de seus funcionários – não se pode afirmar que a terceirização é, necessariamente, ruim para os trabalhadores. Segundo Carelli (2014) o problema surge quando a terceirização é empregada apenas como ferramenta para redução de salários e degradação das condições do tratado entre trabalhador e empregador.

Na maioria das vezes, como já destacado anteriormente, é desta forma que ela se manifesta no sistema capitalista contemporâneo. Isso ocorre pois, apesar do objetivo original, a terceirização cultiva um contexto de vulnerabilidade ao trabalhador que impacta de forma significativa seu dia a dia. Esse cenário pode repercutir e atingir diversas esferas de sua vida e, em especial, sua saúde.

Além disso, quanto à performance do trabalhador terceirizado, Matos (2016, p. 33) destaca que um trabalhador que não se sente conectado culturalmente à organização a que pertence ou cuja identidade cultural começa a ser depreciada frente a dos demais, está sujeito a desempenhar, deliberadamente ou não, esforços cada vez menores ou até mesmo desfavoráveis aos propósitos da empresa na qual está alocado.

Para Perissé e Alevato (2012, p. 2) em diversos momentos de sua obra (1999; 2006; 2008c) *Dejours* utiliza a terceirização como exemplo de desestruturação do trabalho equilibrante e compreende que as “novas formas de gestão da mão-de-obra, com a utilização cada vez maior da terceirização de serviços (...) leva a uma grande desestruturação das carreiras e um golpe ‘invisível’ na saúde” (DEJOURS, 2008c, p. 351).

Contudo, a terceirização se desenvolveu com mais força nas últimas décadas devido ao contexto socioeconômico contemporâneo. O capitalismo, em suas décadas mais recentes, “[...] vem apresentando um movimento tendencial em que a terceirização, a informalidade, a precarização, a materialidade e a imaterialidade são mecanismos vitais para a ampliação de sua lógica” (ANTUNES & DRUCK, 2013, p.218).

Para efeito de correlação com o objetivo desta pesquisa – que estuda o período de 2000 a 2019 –, é interessante destacar que um estudo divulgado em 2018 pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada apontou o crescimento da terceirização no Brasil nesse período¹. Além disso, outros autores tem denunciado essa relação. A “[...] flexibilização, terceirização [...] entre tantos outros pontos, tornaram-se dominante no universo empresarial” (ANTUNES & DRUCK, 2013, p.217).

Portanto, o presente estudo se encaixa no grupo de pesquisas que buscam reunir informações que auxiliem a reflexão sobre o trabalho terceirizado. Isto é, se a terceirização é um fenômeno em crescimento, torna-se interessante também avaliar de que forma a academia da área de Administração tem olhado para o tema.

3. Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa do tipo estado do conhecimento e tem como base referencial o trabalho de autores como Romanowski e Ens (2006), Morosini e Fernandes (2014) e Soares e Maciel (2000) para desenvolver sua metodologia de pesquisa.

A escolha por esse tipo de estudo se deve ao fato de que, com ele, torna-se possível angariar os conhecimentos produzidos por determinado tema de maneira organizada e segmentada, viabilizando identificar diversas informações a respeito dessas pesquisas, como seu objetivo, sua metodologia, seus resultados e conclusões, dentre outras coisas.

Para Soares e Maciel (2000, p. 6) enquanto a ciência se vai construindo ao longo do tempo, variando sua observação em diferentes aspectos e metodologias, também é interessante que pesquisas de estado do conhecimento sejam paralelamente construídas, para que seja possível identificar e clarear os caminhos da construção do conhecimento sobre determinado tema. Nesse sentido, Vosgerau e Romanowski (2014, p. 172) apontam que um estado do conhecimento não se limita a detectar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e expor os variados enfoques e perspectivas.

Na compreensão de Morosini e Fernandes (2014, p. 155):

[...] estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Uma característica a destacar é a sua contribuição para a presença do novo na monografia.

Para Prigol (2013, p. 22) é necessário seguir alguns passos para a elaboração deste tipo de estudo. Trata-se de definições de estratégia de busca, de coleta de dados e parâmetros para análise do conteúdo recolhido.

Com base nisso, os passos definidos para o presente estudo foram:

- a) Determinar a localização do acervo de dados;
- b) Estabelecer os descritores que irão direcionar a busca;
- c) Definir critérios para seleção do material que compõe a pesquisa;
- d) Coletar e catalogar em uma planilha os artigos encontrados na pesquisa com as informações: data de publicação, título, autores, nome do periódico de origem, instituição de ensino.
- e) Classificar, com base nas informações apresentadas pelos autores dos artigos, qual a forma de abordagem, finalidade e problema estudado;
- f) Desconsiderar artigos fora do objeto de estudo desta pesquisa
- g) Analisar os artigos selecionados e elaborar considerações;

Quanto à periodização, a pesquisa englobou o período de 2000 a 2019, pois há a preocupação de não olhar para um passado muito distante – o que caracterizaria um desvio no propósito da pesquisa – e, ao mesmo tempo, considerar as produções mais recentes que são possíveis encontrar.

A base de dados utilizada foi composta por periódicos indexados ao CAPES que contém a palavra “Administração” em seu nome. Por fim, a partir dos métodos selecionados, foram selecionados os artigos que contém o termo “terceirização” ou “trabalho terceirizado” em seu título ou resumo.

3.1. Fontes de Dados

Dessa forma, a busca foi realizada utilizando as bases de dados dos periódicos indexados à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, tendo como alvo as revistas que contém a palavra “administração” em seu título.

Foram encontrados 37 periódicos dentro dos quesitos. Desses, apenas um não oferecia um mecanismo de buscas online e por essa razão foi desconsiderado deste estudo. A lista final possuiu, então, 36 periódicos indexados à CAPES, que contém em seu nome a palavra “Administração”.

Quadro 1. Lista de Periódicos Selecionados

| NOME DO PERIÓDICO | INSTITUIÇÃO VINCULADA |
|---|---|
| RAEP – Administração, Ensino e Pesquisa | ANGRAD – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração – Rio de Janeiro - RJ |
| Administração Pública e Gestão Social | Universidade Federal de Viçosa - MG |
| BASE – Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS | UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos |
| Cadernos EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas | EBAPE – FGV – Rio de Janeiro - RJ |
| Cadernos de Pesquisas em Administração (mudou o nome para REGE – Revista de Gestão) | USP – Universidade de São Paulo |
| Estudos de Administração e Sociedade | UFF – Universidade Federal Fluminense |
| RAC – Revista de Administração Contemporânea | ANPAD – Associação Nacional de Pesquisa e Pós- |

| | |
|--|--|
| | graduação em Administração – Maringá - PR |
| RACE – Revista de Administração, Contabilidade e Economia | UNIOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina |
| RAHIS – Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde | UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais |
| RAI – Revista de Administração e Inovação | USP – Universidade de São Paulo |
| REA – Revista Eletrônica de Administração | UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade | UFCG – Universidade Federal de Campina Grande - PB |
| Revista Administração em Diálogo | PUCSP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo |
| Revista Brasileira de Administração Científica | Companhia Brasileira de Produção Científica – Aracaju - SE |
| Revista Brasileira de Política e Administração da Educação | UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| Revista de Administração - RAUSP | USP – Universidade de São Paulo |
| Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE | USP – Universidade de São Paulo |
| Revista de Administração da FATEA | Centro Universitário Teresa D’Ávila – Lorena - SP |
| Revista de Administração da UFSM | UFSM – Universidade Federal de Santa Maria - RS |
| Revista de Administração da UNIMEP | UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba - SP |
| RAE - Revista de Administração de Empresas | EAESP – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas |
| Revista de Administração de Roraima | Universidade Federal de Roraima |
| Revista de Administração FACES Journal | FUMEC – Fundação Mineira de Educação e Cultura – Belo Horizonte - MG |
| Revista de Administração IMED - RAIMED | Faculdade Meridional – IMED – Passo Fundo - RS |
| Revista de Administração Mackenzie | Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo-SP |
| Revista de Administração Pública | EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro - RJ |
| RASI - Revista de Administração, Sociedade e Inovação | Universidade Federal Fluminense – Volta Redonda-RJ |
| Revista de Ciências da Administração | Universidade Federal de Santa Catarina |
| Revista de Direito da Administração Pública | UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro |
| Revista de Política Judiciária, Gestão e Administração da Justiça | CONPED – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito – Florianópolis - SC |
| Revista Eletrônica Ciências da Administração e Turismo | IFSC – Instituto Federal Santa Catarina |
| Revista Eletrônica de Administração e Turismo | UFPEL – Universidade Federal de Pelotas - RS |
| Revista Eletrônica de Administração | UFRGS |
| Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da UnP | UnP – Universidade Potiguar – Natal - RN |
| Revista Pensamento Contemporâneo em Administração | UFF – Universidade Federal Fluminense – Niterói-RJ |
| Revista Práticas de Administração Pública | UFSM – Universidade Federal de Santa Maria |
| Temas de Administração Pública | UNESP – Universidade Estadual Paulista |
| Teoria e Prática em Administração | UFPB – Universidade Federal da Paraíba |

Fonte: elaboração dos autores

3.2. Estratégias de Busca

No que se refere à estratégia para busca dos artigos que formam o corpus de análise, foram selecionados como termos descritores de pesquisa as palavras “terceirização” e “trabalho terceirizado”. Foi realizada uma busca básica por essas palavras no resumo dos artigos. Em seguida, foram utilizados os mesmos termos, mas dessa vez buscando-os no título dos artigos. Resultados duplicados foram

identificados e considerados apenas uma vez. A busca também foi limitada pelo período da publicação (entre 2000 e 2019).

3.3. Limitações

A elaboração de estudos sobre estado do conhecimento possui limitações que devem ser levadas em consideração. Essas limitações são decorrentes de diversos fatores, como os títulos redigidos de forma pouco coesa em relação ao tema do artigo, o formato do artigo, a falta de informações metodológicas tanto no resumo como no capítulo “Metodologias”, objetivos confusos, entre outros.

Outro ponto importante, os estudos do tipo estado do conhecimento tem certa validade “[...] pois, ao se considerar a dinamicidade e evolução própria da ciência, tais estudos demandam um constante revisar, de forma a continuarem apontando possíveis caminhos de investigação” Cassundé et al (2016, p. 190). Além disso, há de se considerar as limitações tecnológicas da academia brasileira, já que foi possível observar que os mecanismos de busca dos periódicos não estão padronizados e em alguns casos apresentam layout pouco intuitivo, o que dificulta as buscas.

4. Resultados da Pesquisa

4.1. Análise Preliminar dos Artigos Encontrados

Considerados os critérios, a estratégia e as limitações da busca, foram encontrados 49 artigos para compor o corpus da pesquisa. Essas pesquisas foram listadas com as informações de autoria, data de publicação, periódico de origem e instituição vinculada. Foi então realizada a leitura, seguida de uma análise preliminar, com o intuito de identificar seus respectivos objetivos e classificar quais se enquadravam no tema deste trabalho.

O objetivo destas pesquisas, em geral, era avaliar a eficácia da terceirização para uma determinada empresa ou situação. Esses artigos serão brevemente descritos neste trabalho para título de exemplo. Dito isso, os critérios para inclusão de estudos no corpus dessa pesquisa foram, de forma resumida:

- 1) O estudo possui os termos “terceirização” ou “trabalho terceirizado” em seu título ou resumo;
- 2) Versou sobre o tema “terceirização” sob o ponto de vista de relação de trabalho ou explorou possíveis impactos da terceirização no trabalhador.

Foram então desconsiderados 33 artigos (em torno de 67%) – pois, de acordo com o objetivo dos textos, se dedicavam a falar de terceirização sob um ângulo que não a observava como relação de trabalho e alguns casos sequer citava as consequências e impactos para o trabalhador.

Dessa forma, 16 artigos (aproximadamente 33%) seguiram para a etapa seguinte de análise, onde foram analisadas e categorizadas suas respectivas formas de abordagem, métodos e procedimentos técnicos. O quadro 2 apresenta seus respectivos títulos, autores, periódicos onde foram encontrados e a instituição responsável por sua publicação.

Quadro 2. Lista de Artigos Selecionados

| TÍTULO | AUTORES | PERIÓDICO | INSTITUIÇÃO |
|---|---|--|--|
| A Díade Vantagem e Desvantagem: Estudo de Caso de Terceirização da Área de Recursos Humanos | Benedita Hirene de França Heringer, Camila Soares da Silva Ramos, Marcia Rodrigues Santiago | Revista de Administração da FATEA | Centro Universitário Teresa D’Ávila – Lorena - SP |
| A Terceirização e seus Impactos: Um Estudo em Grandes | Myrian Constantino de Almeida Valença, Allan Claudius Queiroz Barbosa | RAC – Revista de Administração Contemporânea | ANPAD – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Organizações de Minas Gerais | | | Administração – Maringá - PR |
| Expectativas Profissionais no Discurso de Terceirizados em TI | Ana Luiza Szuchmacher Veríssimo Lopes, José Roberto Gomes da Silva | RAE - Revista de Administração de Empresas | EAESP – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas |
| Fatores Determinantes de Motivação de Funcionários Terceirizados no Serviço Público: o Caso de uma Instituição Federal de Ensino Superior | Sandra Helena do Areal Barra Diógenes | REA – Revista Eletrônica de Administração | UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| Gestão dos Múltiplos Vínculos Construtivos nas Grandes Empresas Brasileiras | Maria Elizabeth Rezende Fernandes, Antônio Moreira Carvalho Neto | RAE - Revista de Administração de Empresas | EAESP – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas |
| Humor na Internet: Trabalhadores Utilizam uma Nova Estratégia para Protestar contra Demissões e Terceirizações | Raquel Alves Furtado, Alexandre de Pádua Carrieri, Paula Fernandes Furbino Bretas | Revista de Administração - RAUSP | USP – Universidade de São Paulo |
| O Trabalho nas Instituições de Educação Superior | Deise Mancebo, João dos Reis Silva Júnior, Denise Bessa Léda | Revista Brasileira de Política e Administração da Educação | UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| Os Múltiplos Desafios de Gestão de Terceirizados: a Experiência dos Gestores de Contratos | Yana Torres de Magalhães, Antônio Moreira de Carvalho Neto, Pedro Paulo Barros Gonçalves | Revista de Ciências da Administração | Universidade Federal de Santa Catarina |
| Práticas Discursivas de Trabalhadores Terceirizados e Construções Sociais da Identidade de Exclusão | Valéria da Glória Pereira Brito, Adriana Ventola Marra, Alexandre de Pádua Carrieri | Revista de Ciências da Administração | Universidade Federal de Santa Catarina |
| Prazer e Sofrimento em Empresa Terceirizada | Laís Karla da Silva Barreto, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra Leone, Seloniel Barroso dos Reis, Manoel Pereira da Rocha Neto | Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da UnP | UnP – Universidade Potiguar – Natal - RN |
| Prazer e Sofrimento no Trabalho: Estudo com Mulheres Terceirizadas que Atuam nos Serviços Gerais em uma Instituição Federal de Ensino Superior | Josane Sodrê Cupertino Silva, Fernando Coutinho Garcia | Revista Brasileira de Administração Científica | Companhia Brasileira de Produção Científica – Aracaju - SE |
| Precarização do Trabalho Através do uso de Cooperativas: Estudo de Caso na Cooperativa de Trabalhos Múltiplos de Saúde do estado de Roraima | Carlos Vicente Joaquim, Janaira Ribeiro Santana, Fábio Rodrigues Martinez | Revista de Administração de Roraima | Universidade Federal de Roraima |
| Terceirização e Precarização do Trabalho na Política Pública de Assistência Social | Maria Érica Ribeiro Pereira, Mônica Mota Tassigny, Fabiana Pinto de Almeida Bizarria | Administração Pública e Gestão Social | Universidade Federal de Viçosa - MG |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Terceirização e Resistência no Brasil: o Projeto de Lei N. 4.330/04 e a Ação dos Atores Coletivos | Filipe Augusto Silveira de Souza, Ana Heloisa Costa Lemos | Cadernos EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas | EBAPE – FGV – Rio de Janeiro - RJ |
| Terceirização no Brasil: Velhos Dilemas e a Necessidade de uma Ordem Mais Incluyente | Márcia da Silva Costa | Cadernos EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas | EBAPE – FGV – Rio de Janeiro - RJ |
| Um Estudo da Socialização de Terceirizados em uma Multinacional | Márcia Cristina A. da S. Rubez de Castro, Caroline dos Santos Barbosa, Jéssica Aparecida de Araújo, Mônica dos Santos França Mota | Revista de Administração da FATEA | Centro Universitário Teresa D’Ávila – Lorena - SP |

Fonte: elaboração dos autores

4.2. Características dos Estudos Desconsiderados

Haja vista que o objetivo geral desta pesquisa se encontra na ótica do estudo do trabalho terceirizado e não da terceirização como estratégia empresarial, foram desconsideradas as pesquisas que se referem ao tema do ponto de vista da estratégia empresarial. Apesar disso, é importante lançar um olhar geral sobre tais estudos.

Um dado interessante é que 12 deles (36%) tem como foco a área de TI – Tecnologia da Informação. Buscam, em geral, analisar a viabilidade, efetividade ou benefícios da adoção da terceirização em uma determinada empresa ou setor (PRADO & TANAKA, 2002; SANGLARD Jr & MONTEIRO, 2004; SOUZA, 2011; LIMA, SILVA et al, 2013).

Alguns também analisam os riscos para a inovação da empresa, decorrentes da terceirização (FAORO e ABREU, 2017) ou os fatores que conduzem organizações em geral a decidir pela terceirização (OLIVEIRA & SANTOS FILHO, 2008). Destacam-se também os artigos que visam analisar custos, de forma a esclarecer se a terceirização pode oferecer mais competitividade ou simplesmente redução de despesas (CALDEIRA & CALDEIRA, 2019; MANÃS, 2002; GUIMARÃES & CARVALHO, 2018).

Por último, podemos destacar que cinco pesquisas foram elaboradas no sentido de estudar a gestão pública. Dessas, duas analisaram a terceirização do sistema prisional de determinado local (CABRAL, 2010; GUIMARÃES & CARVALHO, 2018) e uma observou um IFES – Instituto Federal de Ensino Superior para entender como os gestores poderiam superar os riscos inerentes à terceirização (TADEU e GUIMARÃES, 2017).

4.3. Breve Comparação entre Grupos

Para sintetizar e demonstrar visualmente a diferença entre os dois grupos, foram construídas duas *word clouds* (figura 1 e 2). A escolha por esse método se deu pois esse tipo de visualização de dados linguísticos é comumente utilizado com o intuito de mensurar a frequência de utilização das palavras em determinado texto (LUNARDI, 2008 apud CASSUNDÉ et al, 2016, p. 187). Assim, as palavras que aparecem com mais frequência nos artigos são as maiores da “nuvem”, enquanto as que aparecem com menos frequência são as menores.

Nas figuras 1 e 2 estão representadas as 50 palavras mais citadas nos grupos de artigos encontrados nessa pesquisa. Foi utilizado o *software* livre *Wordle* para a montagem das nuvens. Esta análise não leva em conta palavras de uso rotineiro na língua portuguesa, como “para”, “de”, “como”, “porque”. Isso também é feito para palavras da língua inglesa como “*the*”, “*and*” e “*that*”, que acabam compondo parte dos trabalhos no *abstract* e poderiam atrapalhar a análise.

4.4. Instituições, Autores e Periodicidade

Quanto as instituições responsáveis por esses artigos, a Tabela 1 descreve a quantidade de artigos publicados, por instituição e periódico. Esta demonstra que, dos 39 autores responsáveis pelos 16 artigos que compõem o material coletado para esta pesquisa, apenas dois publicaram sobre o tema mais de uma vez.

Tabela 1. Quantidade de artigos analisados por instituição e periódico

| INSTITUIÇÃO | NOME DO PERIÓDICO | QUANTIDADE DE ARTIGOS |
|---|---|-----------------------|
| ANPAD – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Administração – Maringá - PR | RAC – Revista de Administração Contemporânea | 1 |
| Centro Universitário Teresa D’Ávila – Lorena - SP | Revista de Administração da FATEA | 2 |
| Companhia Brasileira de Produção Científica – Aracaju - SE | Revista Brasileira de Administração Científica | 1 |
| EAESP – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas | RAE - Revista de Administração de Empresas | 2 |
| EBAPE – FGV – Rio de Janeiro - RJ | Cadernos EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas | 2 |
| UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul | REA – Revista Eletrônica de Administração | 1 |
| | Revista Brasileira de Política e Administração da Educação | 1 |
| Universidade Federal de Roraima | Revista de Administração de Roraima | 1 |
| Universidade Federal de Santa Catarina | Revista de Ciências da Administração | 2 |
| Universidade Federal de Viçosa - MG | Administração Pública e Gestão Social | 1 |
| UnP – Universidade Potiguar – Natal - RN | Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da UnP | 1 |
| USP – Universidade de São Paulo | Revista de Administração - RAUSP | 1 |

Fonte: elaboração dos autores

A tabela 2 destaca a quantidade de autores por artigo. É possível notar um claro domínio de artigos escritos por mais de um autor. São 14 artigos (aproximadamente 87%). A média de autores por artigo é de aproximadamente 2,6.

Tabela 2. Número de autores por periódico

| NÚMERO DE AUTORES | QUANTIDADE DE ARTIGOS |
|-------------------|-----------------------|
| Um autor | 2 |
| Dois autores | 5 |
| Três autores | 7 |
| Quatro autores | 2 |

Fonte: elaboração dos autores

Os resultados das tabelas 1 e 2, relacionados com a informação da Tabela 3 – de que não há concentração de pesquisas sobre o tema em uma instituição –, podem demonstrar que não houve um grupo de pesquisadores, no período analisado, atuando sobre a temática da “terceirização” sob ponto de vista aqui considerado.

Tabela 3. Autores com mais de um artigo no *corpus* desta pesquisa

| AUTOR | QUANTIDADE DE ARTIGOS |
|----------------------------------|-----------------------|
| Alexandre de Pádua Carrieri | 2 |
| Antônio Moreira de Carvalho Neto | 2 |

Fonte: elaboração dos autores

A tabela 4 informa quanto a classificação, da área de Administração, das instituições responsáveis pela publicação destes artigos. É interessante notar que nenhum desses artigos foi publicado nos periódicos considerados qualis A1, já que, entre os periódicos considerados para esta pesquisa, não há nenhum avaliado dessa forma pela CAPES.

Tabela 4. Classificação Qualis/CAPES x Quantidade de artigos

| QUALIS CAPES | QUANTIDADE DE ARTIGOS |
|--------------|-----------------------|
| A2 | 5 |
| B1 | 4 |
| B3 | 7 |

Fonte: elaboração dos autores

A periodicidade das publicações pode ser visualizada na tabela 5. Vale ressaltar que as buscas foram realizadas tendo como filtro o período de 2000 a 2019 e há um hiato considerável de 2002 a 2005 e de 2005 a 2009. Ou seja, de 2000 a 2009 apenas três artigos foram publicados sobre o tema. Os outros 13 foram publicados entre 2010 e 2018. Demonstrando um pequeno aumento de interesse pelo tema, na área de Administração, ao longo da década.

Tabela 5. Ano de publicação dos artigos

| | ANO | | | | | | | | | | | |
|-----------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | 2002 | 2005 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| QUANTIDADE DE ARTIGOS | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 3 | 2 | 1 |

Fonte: elaboração dos autores

4.5. Forma de Abordagem e Finalidade

No que tange a forma de abordagem da pesquisa, a definição de pesquisa qualitativa utilizada neste trabalho segue o raciocínio de Gil (2010, p. 32) de que esta preocupa-se com os elementos que não podem ser quantificados, tendo seu foco no entendimento e elucidação da dinâmica das relações sociais.

Já sobre pesquisas quantitativas, Gil (2010, p. 33) aponta que esse tipo de pesquisa inclina a destacar as regras lógicas e mensuráveis da experiência humana. Por fim, as pesquisas classificadas como “quanti-quali” fazem uma mescla desses dois tipos.

A tabela 6 demonstra que a maior parte dos artigos do corpus desta pesquisa é de caráter qualitativo. Apenas duas tem enfoque quantitativo. Isso pode estar ligado ao fato de que o tema “terceirização” do ponto de vista de relação de trabalho requer estudos mais subjetivos que, em alguns casos, são difíceis de construir por vias apenas quantitativas.

Tabela 6. Quantidade de artigos por forma de abordagem

| FORMA DE ABORDAGEM | QUANTIDADE DE ARTIGOS |
|--------------------|-----------------------|
| Qualitativa | 11 |
| Quanti-quali | 3 |
| Quantitativa | 2 |

Fonte: elaboração dos autores

Para Gil (2009, p. 35) a finalidade da pesquisa pode ser classificada como exploratória, descritiva e explicativa. Dessa forma, o autor define “[...] tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Gil (2009, p. 35).

Quando o assunto é pesquisa descritiva, esta “[...] aspira descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade e são exemplos desse tipo de pesquisa os estudos de caso, análises documentais e pesquisa ex-post-facto” (TRIVIÑOS, 1987 apud GIL, 2009, p. 35).

Quanto a pesquisa explicativa, esta modalidade “[...] preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” Gil (2009, p. 35).

Portanto, sobre a finalidade, a tabela 7 destaca que não há entre os artigos presentes no corpus deste trabalho nenhuma pesquisa explicativa. Os artigos estão divididos entre exploratórios e descritivos. Indicando uma lacuna interessante a ser explorada por futuras pesquisas.

Tabela 7. Quantidade de artigos por finalidade

| FINALIDADE | QUANTIDADE DE ARTIGOS |
|--------------|-----------------------|
| Descritiva | 9 |
| Exploratória | 7 |

Fonte: elaboração dos autores

4.6. Problemas, Objetivos e Resultados

Prosseguindo, pode-se olhar para os objetivos anunciados pelos autores de cada artigo, compreender o problema que o texto busca elucidar e comentar brevemente os resultados obtidos. Cabe sempre ressaltar que, neste ponto, todos os artigos estão em consonância com o que a atual pesquisa pretende estudar.

Os dados aqui descritos foram coletados baseados no que os respectivos autores do texto anunciam. A apresentação das argumentações abaixo visa seguir uma ordem lógica e coerente para construir um raciocínio, ao tentar complementar e associar um artigo ao outro.

Dito isso, pode-se iniciar com o artigo de Souza e Lemos (2016) que, de forma exploratória, discute o contexto da terceirização no cenário nacional, tendo em vista os impactos do projeto de lei (PL) n. 4330/04 que teve implicações nos direitos de trabalhadores terceirizados.

O problema central apontado pelos autores deste artigo diz respeito ao papel dos atores coletivos, como sindicatos, associações de profissionais do direito trabalhista e outros. De forma que são demonstradas as opiniões tanto de forças a favor, quanto de forças contrárias a aprovação da referida PL. Os resultados apresentados apontam que, no âmbito legal, o caminho que a terceirização segue – ou seja, torna-se ou não potencialmente prejudicial ao trabalhador – está diretamente ligada a performance dos atores coletivos.

Os estudos de Santana e Martinez (2013) e de Pereira et al (2017) estudam a relação da terceirização com a precarização do trabalho. Enquanto um traz o estudo de caso da Cooperativa Brasileira de Trabalho Múltiplos de Saúde – Coopebras, o outro tem seu enfoque para a área de Assistência Social, realizando um apanhado histórico a partir da definição da Constituição Federal de 1988.

Ambos os estudos destacam, em suas conclusões, que a precarização do trabalho está diretamente ligada ao modelo de contratação terceirizado, visto que a contratante não possui mais certas obrigações com o trabalhador, eximindo-se de certas responsabilidades que antes garantiam proteção e estabilidade para o trabalhador.

Nesse mesmo caminho, Costa (2017) busca entender como a terceirização faz parte do processo de flexibilização das instituições sociais e do trabalho que estão associados à fragmentação e precarização dos mercados de trabalho nos países industrializados. Já Mancebo et al (2016) contextualizam o cenário global e analisa os principais impactos da terceirização nas instituições públicas brasileiras.

Segundo Costa (2017, p. 117) sua pesquisa adota “[...] a perspectiva de análise na qual são discutidas as implicações da terceirização para os trabalhadores”. A autora conclui que, sem reformas no sistema de relações de trabalho brasileiro – incluindo a terceirização –, muito dificilmente o país deixará de apresentar grandes deficiências no que diz respeito a desigualdades econômicas e sociais.

Quanto aos impactos da terceirização na cultura organizacional da empresa – e, consequentemente, nos trabalhadores –, Valença e Barbosa (2002) trazem um estudo de caso sobre três grandes empresas dos setores de siderurgia e mineração, sediadas em Minas Gerais.

Em seus resultados, os autores sinalizam que o processo de terceirização das atividades dessas empresas gerou uma sensação de perda de identidade nos funcionários terceirizados. O artigo demonstra que esse fato não necessariamente é ruim para a empresa, pois pode reduzir os problemas de gestão nas atividades que não fazem parte do core business da organização. Entretanto, do ponto de vista do trabalhador, há possíveis impactos que podem ser prejudiciais ao mesmo.

Ainda identidade do trabalhador terceirizado, a pesquisa de Brito et al (2012) tem como objetivo investigar esse aspecto em trabalhadores em diversos ambientes produtivos. O estudo aponta fartas representações negativas sobre o trabalho terceirizado, onde os trabalhadores se sentem afastados e discriminados pelos trabalhadores efetivos.

Complementar a isso, Castro et al (2012) tentam entender o processo de socialização entre funcionários efetivos e terceiros, tendo como objeto de estudo uma empresa multinacional, de Guaratinguetá – SP. Os autores oferecem considerações sobre como a socialização entre funcionários efetivos e terceirizados pode ser benéfica para as empresas.

Furtado et al (2014) realizam um estudo de caso sobre como os trabalhadores de uma empresa reagiram com humor contra as demissões e terceirizações ocorridas. Os autores apontam, na conclusão, que para os trabalhadores dessa empresa a terceirização simbolizava o “[...] rompimento do contrato psicológico estabelecido pela empresa, que se baseava na estabilidade do emprego” Furtado et al (2014, p. 34). Trata-se de uma visão interessante, analisando diretamente da ótica do trabalhador frente a uma situação de instabilidade que a terceirização causou.

Seguindo este raciocínio, Diógenes (2016), Lopes e Silva (2009) e Heringer et al (2011) observam, de maneira semelhante, fatores de motivação do trabalhador terceirizado. No primeiro caso, o alvo são trabalhadores de uma Instituição Federal de Ensino – IFES. Já no segundo trata-se de profissionais da área de Tecnologia da Informação – TI. O terceiro traz o ponto de vista de profissionais da área de Recursos Humanos – RH.

Em seus resultados, Diógenes (2016, p. 314) aponta que a falta de oportunidades e recompensas abala o curso de envolvimento dos trabalhadores terceirizados pesquisados com a qualidade dos serviços que realizam.

Já Lopes e Silva (2009, p X) descreve a existência de quatro perfis de profissionais estudados: o desiludido, o ambivalente, o cético e o crédulo, e quais as implicações da terceirização para cada perfil, tanto para o profissional quanto para a empresa.

Heringer et al (2011) conclui que a terceirização da área de recursos humanos não é vantajosa para o trabalhador e que, devido a insatisfação e desmotivação dos mesmos, essa modalidade de contratação também pode não ser vantajosa para a empresa.

Magalhães et al (2010) e Fernandes e Carvalho Neto (2005) publicaram trabalhos que analisam não só o ponto de vista do trabalhador, mas também como a terceirização se torna um desafio para os gestores. Trata-se de uma visão importante, que elenca as dificuldades do gestor para atender as expectativas dos trabalhadores terceirizados e, ao mesmo tempo, da empresa.

Ao final de seu, Magalhães et al (2010) listam as práticas que podem auxiliar os gestores a lidar com os desafios, destacando-se como uma das principais a oferta de programa de treinamentos. Já Fernandes e Carvalho Neto (2005) concluem, após uma pesquisa realizada com centenas de executivos de grandes empresas, que a maioria das empresas brasileiras se encontravam ainda despreparadas para lidar com a complexidade da contratação de profissionais terceirizados.

Silva e Garcia (2018) e Barreto et al (2015) estudam as vivências de prazer e sofrimento dos trabalhadores terceirizados. O primeiro tem como foco de estudo mulheres que trabalham em uma IFES, no estado de Minas Gerais.

Com base em entrevistas com as trabalhadoras, Silva e Garcia (2018) concluem que, apesar de considerarem seu trabalho prazeroso e tranquilo, há danos físicos e psicossociais que são enfrentados pelas trabalhadoras através de estratégias individuais.

Já no segundo artigo, Barreto, Leone et al (2015) constatam a existência simultânea de prazer e sofrimento nos trabalhadores terceirizados estudados, com destaque para uma clara tendência ao sofrimento.

Esse é o panorama geral dos 16 artigos encontrados por esta pesquisa. Isso retrata de forma sucinta de que modo a terceirização vem sendo debatida na área de administração. O que se conclui disso tudo e as sugestões para novas pesquisas podem ser encontradas nas considerações finais, a seguir.

5. Considerações Finais e Sugestões de Pesquisa

Nos capítulos iniciais deste artigo foi possível entender os conceitos de trabalho, o advento da terceirização, como esta modalidade de contratação evoluiu até os dias atuais e a sua relação com a precarização do trabalho contemporâneo.

O presente estudo não tem como objeto analisar a qualidade ou o conteúdo dos artigos pesquisados. O foco foi traçar um panorama de como área de Administração tem falado sobre a terceirização, mais especificamente nos que encaram a temática da perspectiva do trabalhador.

A escolha por esse objetivo justifica-se, de um lado, por estudos de autores como Antunes e Druck (2013, p. 217) que apontam que a terceirização foi uma das responsáveis pelo aumento da precarização do trabalho, de maneira geral.

Adicionalmente, porque análises de estado do conhecimento possibilitam “integrar resultados e, também, identificar duplicações, contradições e, sobretudo, lacunas, isto é, aspectos não estudados ou ainda precariamente estudados, metodologias de pesquisa pouco exploradas” (SOARES & MACIEL 2000, p. 6).

Para efetivar este objetivo foi empreendida uma pesquisa nos bancos de dados da CAPES, em periódicos que contém o termo “Administração” em seu título e que possuem algum sistema de busca online. Foram encontrados 36 periódicos dentro dessas características. Nesses periódicos foi realizada uma busca básica por artigos publicados a partir dos anos 2000 que contém o termo “terceirização” ou “trabalho terceirizado” em seu resumo ou título. Essa consulta resultou em 49 artigos encontrados.

Esses artigos foram lidos e separados em dois grupos. O primeiro grupo, com 33 artigos, foi descartado pois tratava da “terceirização” como estratégia empresarial. O segundo grupo, com 16 artigos, compôs o corpus desta pesquisa pois estudava, de alguma forma, a terceirização como relação de trabalho. Na lista restante foi realizado um estudo do conhecimento levando em consideração critérios quantitativos pré-definidos. Além de uma breve análise qualitativa sobre os objetivos, problemas e conclusões dos respectivos textos.

Com base nisso, pode-se afirmar que, no que diz respeito a periodicidade das publicações, não foi observada grande constância, mas que houve um aumento de publicações de uma década para a outra. Na primeira década do século XXI foram publicados apenas 3 artigos que se encaixam nos parâmetros definidos por esta pesquisa. Enquanto, a partir de 2010, 13 artigos já foram publicados. Além disso, a pesquisa destaca que não há, nos periódicos estudados, pesquisadores que possuam mais de dois artigos sobre o tema. O que pode apontar a falta de grupos de estudo sobre o assunto, ou a ausência de pesquisadores dedicados especificamente ao tema.

Sobre metodologia, constatou-se que grande parte do corpus se utilizou da forma de abordagem qualitativa, seja com finalidade descritiva ou exploratória. Esses dados indicam uma lacuna a ser explorada por futuras pesquisas, que podem se fazer valer de uma finalidade explicativa para complementar as pesquisas já existentes na área.

Assim, é possível concluir que há indícios que academia da área de Administração brasileira tem dado pouca atenção a esta temática. E, quando o faz, na maioria das vezes, busca compreender o lado da empresa, e não do trabalhador, desfavorecendo a análise dos desafios éticos e morais que perpassam a gestão do sujeito na organização.

Acredita-se que as informações colhidas e analisadas nesse artigo podem ser úteis para pesquisadores que estejam interessados em estudar aspectos críticos sobre políticas corporativas no que tange os temas terceirização, flexibilização ou precarização do trabalho. Já que para Vanti (2002, p. 152) os estudos de avaliação de conhecimento possibilitam revelar à sociedade como determinada temática foi desenvolvida ao longo do tempo e, paralelamente, como tem colaborado para resolver os problemas existentes dentro de sua área de alcance.

Enquanto Price (1976, p. 39 apud CASSUNDÉ et al, 2016, p. 177) destaca ser evidente a importância de se ter ao dispor estudos que nos informem sobre o número de autores, trabalhos, países ou revistas que existem em cada categoria temática.

Logo, sugere-se caminhos abaixo, para futuras pesquisas que desejam se debruçar sobre as temáticas mencionadas neste estudo:

- a) Investigar lacunas de pensamento presentes nos artigos aqui estudados;
- b) Realizar diferentes cortes temporais;
- c) Pesquisar estudos de outras áreas, como Estudos Organizacionais, Gestão de Pessoas, Sociologia e Antropologia
- d) Analisar outras fontes de dados, como SciELO e SPELL;

Dessa forma será possível desenvolver, de maneira mais organizada e coesa, um vasto conhecimento sobre como a academia brasileira tem falado a respeito de um tema que merece grande atenção e cuidado, principalmente nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2000. Disponível em: <https://brito964.files.wordpress.com/2013/06/o-que-c3a9-trabalho-suzana-albornoz.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2019.
- AQUINO, Cassio Adriano Braz de et al . Terceirização e saúde do trabalhador: uma revisão da literatura nacional. Brasília: **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, v.16, n.2, 2016. p. 130-142. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198466572016000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 dez. 2019.
- ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização como regra. São Paulo: **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, v. 79, n. 4, 2013. p. 214-231. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/55995>. Acesso em: 01 dez. 2019.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **Terceirização e Intermediação de Mão-de-Obra**: ruptura do sistema trabalhista, precarização do trabalho e exclusão social. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

CASSUNDÉ, F. R.; BARBOSA, M. A. C.; MENDONÇA, J. R. C. Terceirização e Precarização do Trabalho: Levantamento Bibliométrico sobre os Caminhos Críticos da Produção Acadêmica em Administração. João Pessoa: **TPA - Teoria e Prática em Administração**, v. 6, n. 1, 2016. p. 176-197. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5562161.pdf>. Acesso em: 13 de nov. 2019.

CELIS, Juan Carlos. Lecturas clásicas y actuales del trabajo. **Medellín**: Escuela Nacional Sindical Medellín, 2003. p. 256-257. Disponível em: https://www.academia.edu/9473647/Lecturas_cl%C3%A1sicas_y_actuales_del_trabajo. Acesso em: 02 de junho 2019.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 12. ed. São Paulo: LTr, 1999.

DEJOURS, C. Psicodinâmica do Trabalho na Pós-Modernidade. Em: Mendes, A. M.; Lima, S. C. C. & Facas, E., p. (orgs). **Diálogos em Psicodinâmica do Trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2007.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. 9ª ed., Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1983. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/191244_01._dobb_-_a_evolucao_do_capitalismo_-_o_capitalismo.pdf. Acesso em: 11 de junho de 2019.

EBERT, P. N. P.; SEVERO, E. A.; JOHANN, D. Relações de Trabalho Saudáveis e não Saudáveis no Contexto Organizacional. **Gestão e Sociedade**, v. 11, n. 30, 2017. p. 1882-1907.

FERREIRA, João Batista; MACÊDO, Kátia Barbosa; MARTINS, Soraya Rodrigues. Real do trabalho, sublimação e subjetivação. Em: MONTEIRO, Janine Kieling; VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia (org.) **Trabalho & prazer**: teoria, pesquisas e prática. Curitiba: Juruá, 2015., p. 33-49.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 17. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

LIMA, Jacob Carlos. **Desconcentração industrial e precarização do trabalho: cooperativas de produção do vestuário no Brasil**. Buenos Aires: Mimeo, 1998. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa98/Lima.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

LOPES, Ana Luiza Szuchmacher Veríssimo; SILVA, José Roberto Gomes da. Casos de terceirização e a influência sobre o contrato psicológico de profissionais de TI. Recife: **Revista Gestão Org.** vol. 6, nº 8. 2008.

LUNARDI, M. S et al. Visualização dos resultados do Yahoo em nuvens de texto: uma aplicação construída a partir de web services. Curitiba: **InfoDesign Revista Brasileira de Design da Informação**, 2008. p. 21-35.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. **Terceirização e ação sindical**: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). 2008. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280871/1/Marcelino_PaulaReginaPereira_D.pdf. Acesso em: 09 de junho de 2019.

MARCOLINO, Adriana. **Balço da produção acadêmica brasileira sobre condições e relações de**

trabalho dos terceirizados. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 2019. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-30102019-182809/publico/2019_AdrianaMarciaMarcolino_VCorr.pdf. Acesso em: 09 de setembro de 2020.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho.** São Paulo: Saraiva. 2009.

_____. **Curso de direito do trabalho.** 7. ed. São Paulo: Saraiva. 2016, p. 457.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho.** ed. 28. São Paulo: Adas, 2012. Disponível em: <https://direitom1universo.files.wordpress.com/2016/08/sc3a9rgio-pinto-martins-direito-do-trabalho.pdf>. Acesso em: 06 de junho de 2019.

MATOS, Alfredo Assunção. **Satisfeito ou Satisfazendo?** Estudo sobre a satisfação dos trabalhadores terceirizados: quando trabalhar precariamente não é uma questão de escolha. Dissertação (Mestrado em Psicologia). 2016. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/30/teses/844436.pdf>. Acesso em: 09 de setembro de 2020.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, v. 5, n. 2, 2014. p. 154-164. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875>. Acesso em: 13 de nov. 2019.

PERISSÉ, Nilson Barbosa; ALEVATO, Hilda Maria Rodrigues. **Impactos da terceirização na subjetividade do trabalhador.** Rio de Janeiro: Inovarse, 2012. Disponível em: <http://www.inovarse.org/filebrowser/download/15862>. Acesso em: 01 de outubro de 2019.

PRIGOL, Edna Liz. **Pesquisa estado do conhecimento:** uma visão para a prática pedagógica e a formação de professores. Curitiba: Educere, 2013. Disponível em: <https://educere.pucpr.br/p195/anais.html>. Acesso em: 13 de nov. 2019.

REIS, Jair Teixeira dos. **Manual Prático de Direito do Trabalho.** 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. Curitiba: **Diálogos Educacionais**, v. 6, n. 6, 2006. p. 37–50.

SANTOS, Lázaro Matter dos. **A caracterização do trabalhador autônomo no ordenamento jurídico brasileiro.** Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Direito). 2012. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1131/Monografia%20Lazaro.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 de junho de 2019.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca Pereira. **Alfabetização no Brasil:** o estado do conhecimento. Belo Horizonte: Ceale, 2000. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/alfabetizacao-no-brasil-o-estado-do-conhecimento-abec-2.html>. Acesso em: 15 nov. 2019.

TAVARES, Felipe Yuri. **Os sentidos do trabalho e a produção artesanal:** os casos do luthier e do mestre vidreiro. Resende: AEDB, 2016. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/17624158.pdf>. Acesso em: 08 de junho de 2019.

VANTI, N. A.. **Da bibliometria à webometria:** uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. Brasília: Ciência da Informação, 2002.

p. 152-162.

VOSGERAU, D. S. A. R.; ROMANOWSKI, J.. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. Curitiba: **Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, 2014. p. 165-189. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317>. Acesso em: 10 de nov. 2019.

Recebido em: 02/07/2020

Aceito em: 25/09/2020

Endereço para correspondência:

Nome: Carlos Henrique Lourenço Salazar

Email: csalazar@id.uff.br



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)